

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO EM DIREITO**

HUMBERTO ANTÔNIO BARBOSA LIMA

A BOA-FÉ OBJETIVA NA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS.

NATAL/RN
2011

2011

HUMBERTO AMTÔNIO BARBOSA LIMA. BOA-FÉ OBJETIVA E A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS.

HUMBERTO ANTÔNIO BARBOSA LIMA

A BOA-FÉ OBJETIVA NA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Doutor Edílson Pereira Nobre Júnior.

NATAL/RN
2011

Catálogo da Publicação na Fonte.

UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Lima, Humberto Antônio Barbosa.

A boa-fé objetiva na concessão dos incentivos fiscais / Humberto Antônio Barbosa Lima. - Natal, RN, 2011.

260 f.

Orientador: Prof. Dr. Edílson Pereira Nobre Júnior.

Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Administrativas. Programa de Pós-graduação em Direito.

1. Direito tributário - Dissertação. 2. Incentivos fiscais – Concessão - Dissertação. 3. Boa-fé objetiva - Funções - Dissertação. 4. Redução – Desigualdades Regionais - Dissertação. 5. Redução - Desigualdades sociais – Dissertação. I. Nobre Júnior, Edílson Pereira. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 34:336.2

HUMBERTO ANTÔNIO BARBOSA LIMA**A BOA-FÉ OBJETIVA NA CONCESSÃO DOS INCENTIVOS
FISCAIS.**

Dissertação aprovada em...../...../....., pela banca examinadora formada por:

Presidente: _____

Prof. Doutor
(Orientador – UFRN)

Membro: _____

Prof. Doutor
(examinador externo à UFRN)

Membro: _____

Prof. Doutor
(examinador da UFRN)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus que guia todo o meu existir e que mostra a luz a ser seguida.

Agradeço a minha família e a meus amigos que me auxiliaram e me deram força no meu dia-a-dia.

Também devo agradecer aos meus mestres da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que, através de brilhantes palavras, fecundaram, em minha mente, as idéias aqui trazidas.

RESUMO

A presente obra analisa os conceitos de incentivos fiscais e as discussões existentes nas doutrinas pátria e internacional, em especial, nos países que influenciam nossa cultura jurídica, tais como Alemanha, Estados Unidos, Espanha, Itália e Inglaterra, promovendo um estudo detalhado sobre os requisitos que devem ser observados para que haja uma legítima concessão dos mesmos. Isso tudo utilizando como argumento a Carta Constitucional brasileira e o próprio desenvolvimento do Direito através, principalmente, do princípio da boa-fé objetiva, que atua como limitador do princípio da discricionariedade administrativa na concessão de tais incentivos fiscais, bem como elemento criador de novos deveres aos gestores públicos para que sejam mais eficazes, eficientes e transparentes no cumprimento do pacto realizado entre a administração e a sociedade e dos objetivos por ele perseguidos. Sempre buscando solidez na argumentação por meio de uma larga análise histórico-filosófica dos institutos discutidos.

Assim, através de estudos que revelam a necessária incidência da boa-fé objetiva na concessão de incentivos fiscais para concretização dos fins constitucionais, esse trabalho não se limita a divulgar o que se encontra errado, mas apresenta soluções para modificar a realidade até então existente, ou seja, apresenta meios para reduzir a oneração dos incentivos fiscais odiosos e ineficazes na sociedade e redirecionar tais valores injustamente destinados a interesses obscuros à consecução dos verdadeiros motivos para a existência dos incentivos fiscais, sobretudo, o desenvolvimento econômico por meio da redução das desigualdades regionais e sociais com a erradicação da pobreza.

PALAVRAS-CHAVES:

Incentivos Fiscais; Boa-fé objetiva; Redução das desigualdades regionais e sociais.

ABSTRACT

This essay analyzes tax incentives concepts and existing discussions on national and foreign doctrine, especially in countries that influence our legal culture, such as Germany, United States of America, Spain, Italy and England, providing a detailed study about the requirements that must be observed to ensure that there be a legitimate concession of the same.

All this using as argument the Constitutional Charter and the development of the Law, mainly through the principle of objective good faith, which acts as the limiting principle of administrative discretion in granting such tax incentives, as well as creative element of the new duties for the public managers in order to be more effective, efficient and transparent compliance with the pact between the government and society and the objectives pursued by the last. Always chasing a strong argument through a broad historical and philosophical analysis of the institutes discussed.

Thus, through studies that reveal the necessary incidence of objective good faith in granting tax incentives to achieve the constitutional purposes, this work does not merely disclose what is wrong, but provides solutions to modify reality hitherto existing, ie, introduces ways to reduce the encumbrance of the odious and ineffective tax incentives in society and to redirect these values unjustly destined for obscure interests to achieve the real reasons for the existence of tax incentives, especially economic development through the reduction of regional and social inequalities and poverty eradication.

KEYWORDS:

Tax Incentives; Good Faith Objective; Reduction of Regional and Social Inequalities.

SUMÁRIO

RESUMO	8
1 - INTRODUÇÃO.....	12
1.1 ESTRUTURA DO TRABALHO	14
CAPÍTULO 2 – BOA-FÉ NA ATUALIDADE: CONCEITOS E DESDOBRAMENTOS.	16
2.1. BOA-FÉ: A EVOLUÇÃO DO INSTITUTO E CONCEITOS.....	16
2.2. FUNDAMENTOS E FUNÇÕES DA BOA-FÉ OBJETIVA.....	30
a. FUNÇÃO INTERPRETATIVA:.....	35
b. FUNÇÃO INTEGRATIVA OU CRIADORA (<i>PFLICHTENBERGRUNDENDE FUNKTION</i>). DEVERES ANEXOS (<i>NEBENPFLICHTEN</i>).	37
c. FUNÇÃO LIMITATIVA (<i>SCHRANKEN-BZW. KONTROLLFUNKTION</i>)	38
d. FUNÇÃO DIRETIVA.....	39
2.3. EFEITO IRRADIANTE DOS PRINCÍPIOS.....	40
2.4. BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO TRIBUTÁRIO.....	50
CAPÍTULO 3. INCENTIVOS FISCAIS: EXTRAFISCALIDADE, BOA-FÉ E AS FINALIDADES CONSTITUCIONAIS.....	53
3.1 ANÁLISE CONSTITUCIONAL DA EXTRAFISCALIDADE E SUAS FINALIDADES.....	53
3.2 INTERVENÇÃO ESTATAL E NEOLIBERALISMO.....	61
3.3 FUNÇÃO EXTRAFISCAL.....	67
3.4 INCENTIVOS FISCAIS: “CONCEITOS”	78
3.5 INCENTIVOS FISCAIS ODIOSOS.....	95
CAPÍTULO 4 – CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS.....	109
4.1 PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E PRINCÍPIO DA IGUALDADE NOS INCENTIVOS FISCAIS.....	114
4.1.1. CONTEXTO HISTÓRICO DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA NO DIREITO BRASILEIRO.....	115
4.1.2. CONCEITO DE CAPACIDADE CONTRIBUTIVA TRAZIDO PELA DOCTRINA:.....	118
4.1.3. CONTEÚDO E LIMITES DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E COM A EXTRAFISCALIDADE.....	120
4.2 LIVRE CONCORRÊNCIA	146
4.3 BOA-FÉ OBJETIVA.....	166
4.3.1. DEVERES TRAZIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS:.....	168
4.3.2. DEVERES TRAZIDOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS:.....	174

4.3.3. OUTROS DEVERES IMPOSTOS PELA BOA-FÉ OBJETIVA PARA CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS:.....	185
5 - CONCLUSÃO	213
REFERÊNCIAS	223
APÊNDICES.....	245
A) REFERENTE À NOTA DE RODAPÉ Nº. 32:.....	245
B) REFERENTE À NOTA DE RODA PÉ Nº. 200:.....	248